

Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2006

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Lucia Pereira da Silva Miler



Imagens Impressas: escravidão urbana e cotidiano, São Luis, MA, século XIX

2006

Índice:

- <u>Atividades de Pesquisa</u> -----	04
- <u>Jornais do Maranhão</u> -----	05
- <u>Alguns Resultados</u> -----	08
- <u>Bibliografia</u> -----	11

1. Atividades de pesquisa:

Dando continuidade ao trabalho referente às questões acerca da população negra em São Luis do Maranhão, procuramos nesta etapa do trabalho focalizar nossa análise nas habitações. Feitiçaria, ajuntamento, jogatina, chinfrim, batuques e desordens – principais objetos de denúncia publicados nos jornais de ambas as cidades – estavam inseridos nas habitações populares. O documento utilizado para este trabalho é o jornal A Pacotilha, que faz parte do acervo de periódicos da Biblioteca Nacional. Dada a qualidade das informações contidas neste jornal, concentramos nossas análises especificamente nele. A década de 1880 é particularmente rica em informações, sendo por este motivo que focalizamos a análise a partir deste período. A seguir temos um breve resumo das atividades realizadas e dos ganhos até o momento.

Durante a primeira concessão da bolsa de pesquisa, concentramos as atividades em retirar as informações de quatro jornais da seção de periódicos da Biblioteca Nacional. Os jornais utilizados foram: Pacotilha, Publicador Maranhense, O Paiz (São Luis) e Diário do Maranhão. Ao longo desse processo, percebemos que no jornal Pacotilha, nas últimas décadas do século XIX, abria espaço em suas folhas para discutir a questão das moradias nas quais viviam africanos e crioulos. Ajuntamentos em tavernas, quitandas e casas de zungu sempre foi uma questão preocupante para as autoridades em todo Brasil. Assim, com o intuito de centralizar melhor o debate sobre a população negra em São Luis, nessa segunda parte do trabalho, buscamos compreender as relações estabelecidas por estes no interior de suas habitações. Sabe-se através dos relatos dos jornais que nestas habitações serviam de ponto de encontro para africanos e crioulos, onde exerciam várias atividades como jogos de divertimento e música, por exemplo. Ressaltamos que esta é uma pesquisa em andamento.

2. Os Jornais

A imprensa no Brasil surgiu, em 1808, com a vinda da família Real. Anteriormente a este período houve algumas tentativas de implementação, no século XVIII, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, para que os primeiros noticiários passassem a circular entre os leitores. No entanto, a metrópole interveio rapidamente exigindo a destruição destas tipografias. Os jornais, de acordo com a Coroa, não se tornariam então instrumento de conspiração contra o Estado¹. De acordo com Nelson Werneck Sodré, a imprensa brasileira recebia influências das idéias liberais européias, que encontrando admiradores desta forma de pensamento na colônia, viram a possibilidade de através dos jornais expressar seu pensamento aliado à realidade política e social em que o Brasil se encontrava.

Seu funcionamento tardio pode ser explicado por conta dos interesses políticos de Portugal. No intuito de fazer valer os seus direitos, a metrópole utilizou uma série de artifícios para impedir o funcionamento de tipografias no Brasil. A iniciativa de se produzir escritos aconteceria, de fato, no século XIX por vontade Régia. Ao fugir da invasão francesa em Portugal, D. João e sua corte, passa a viver no Rio de Janeiro trazendo consigo arquivos, a biblioteca imperial e material tipográfico para a montagem das primeiras oficinas. Desta forma, o trabalho de imprensa deu início, com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo teor das notícias destinava-se a expressar o pensamento oficial da realeza. A partir daí que outras publicações, oficiais ou não, passaram a fazer parte do cotidiano da Corte e suas províncias. Eram fundadas tipografias em várias regiões do Brasil, como por exemplo, no Maranhão, Bahia, Pernambuco, dentre outros.

Na província do Maranhão, no entanto levou algum tempo até que as primeiras folhas, como era então chamadas estas publicações, passassem a circular neste local. Em meados de abril de 1821 começou-se a publicar em São Luis. O trabalho de impressão desde então teve vários aperfeiçoamentos, não só com equipamento vindo da Europa, mas também dos EUA que foram inseridos em diversas tipografias visando a busca por um trabalho cada vez mais de qualidade. A primeira folha da província chamava-se “O Conciliador do Maranhão”, jornal oficial e noticioso. Dava alguns resumos sobre notícias do exterior, fazia algumas transcrições

¹ Nelson Werneck Sodré, logo no início de sua obra, cita Moreira de Azevedo, sobre a ação da Metrópole sobre a instalação e atividade da tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro: “mandou a Corte aboli-la e queimá-la, para não propagar idéias que podiam ser contrárias ao interesse do Estado”. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4º Edição – Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 17.

e trazia anúncios de caráter oficial. Durou até o ano de 1823, assim como boa parte dos jornais publicados naquela região, que não tiveram uma duração muito longa².

Dentre algumas figuras de grande importância no meio jornalístico do período, podemos citar o nome de João Francisco Lisboa, jornalista e escritor, nascido no Maranhão, em 1812. Então Secretário do Governo Provincial, entre 1835 e 1838, também esteve à frente do jornal *Crônica Maranhense*, considerado um dos jornais mais bem redigidos do país, além de ter registrado sua passagem na chefia de redação do *Publicador Maranhense*, quando se transferiu à Corte, para redigir a seção jurídica do *Correio Mercantil*. Segundo Sodré, é no Maranhão que “se desenvolve a atividade do jornalista e homem de letras que foi, e dos mais eminentes, João Francisco Lisboa. Na fase da imprensa política, fundara ele, aos vinte anos, em 1832, *O Brasileiro*, passando neste mesmo ano, ao *Farol Maranhense*, pelo falecimento de José Cândido de Moraes e Silva, começando a publicar, em 1834, o *Eco do Norte*, para redigir, em 1838, a *Crônica Maranhense*, até 1840, colocando-se à frente do *Publicador Maranhense* de 1842 a 1855, quando se transferiu para a Corte”.³

No jornal Pacotilha, a seção que auxiliou na elaboração desta pesquisa foi o Noticiário, que informava sobre os acontecimentos da cidade. Esta seção trazia informações sobre o cotidiano da cidade de São Luis que estava sempre às voltas com distúrbios, ajuntamentos de escravos e questões ligadas com práticas de feitiçaria. A maneira como foi sistematizado este material sucedeu-se através de pequenos resumos construídos através de descrição, transcrição e comentários sobre o conteúdo do documento para articulá-lo com a bibliografia de base desta pesquisa.

De acordo com Lilia Schwarcz partindo muitas vezes de apenas um artigo é possível apreender dimensões diversas, diferentes imagens que fala sobre a condição da população negra. Muitas informações com relação a um fato ocorrido chegam até ao leitor com uma série de interferências e visões acerca do caso⁴. No interior destas folhas você pode perceber os tipos de construção de imagem sobre cativos e libertos naquela época. E pode perceber também a repressão contra diversas práticas culturais negras que eram reinventadas nestes espaços. Estas fontes nos indicam algumas pistas sobre os universos culturais pelos quais transitavam estes indivíduos. Analisando este material, o olhar branco revela, através de suas

² IGNOTUS. Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão / Joaquim Serra – São Paulo, Siciliano, 2001.

³ SODRÉ, p. 184

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras: 1987.

críticas, ironias e descontentamentos, os tipos de valores, costumes e crenças que faziam parte da população negra.

O jornal Pacotilha informava ao leitor, de forma ácida e irônica, os acontecimentos da cidade. O diálogo com o leitor era constante apontando a necessidade de controlar movimentos, corpos e consciências. As autoridades lançavam mão de uma gama de artifícios para controlar a participação de populares, proibindo as danças, montagem de barracas, jogos, entre outras atividades. Estas proibições eram revertidas desde que fossem apresentados pedidos de licença, desta maneira, qualquer eventual problema, teriam como responsabilizar alguém caso ocorresse algum distúrbio. Tudo que pudesse facilitar a aglomeração de pessoas, poderia significar um momento propício para conspirações, motins, levantes, etc...

3. Alguns Resultados

As moradias populares nos centros urbanos surgiram para atender as necessidades da crescente e diversificada população negra e mestiça nas cidades brasileiras do século XIX. O contato travado nas habitações era temido pelas autoridades como foco de conflitos. Essas casas exerciam importante papel dentro da comunidade negra no meio urbano. Assim, nas duas últimas décadas do século XIX, através do jornal Pacotilha, apreendemos, uma série de informações que permitem esboçar o ambiente no qual estava inserida a população negra de São Luis. Em 1887, por exemplo, o jornal informa que:

“Diversos moradores da rua Madre de Deos nos tem pedido para reclamar a polícia providencias contra um chinfrin desbragado que impera descaradamente em um cortiço que existe naquella rua, entre da Misericordia e a da Cotovia” (...) A polícia emprega “medidas profícuas para a exterminação de um tal foco de imoralidades” (...) Neste lugar “uma corja de negrinhas e moleques em plena liberdade, dança, canta, briga, vocifera, ameaça, insulta, sem o menor resguardo, sem a mais leve consideração aos moradores do bairro⁵”.

De acordo com Rachel Soihet, “esse discurso mostra que, naquele momento, o intelectual brasileiro adotava, em relação às camadas populares, perspectiva idêntica à dos intelectuais dos países imperialistas para com as populações colonizadas, considerando-as ignorantes e atrasadas, assumindo as teorias pretensamente científicas e legitimadoras do

⁵ Pacotilha, 05/01/1887.

colonialismo, como o racismo, o evolucionismo e outras formas de etnocentrismo⁶”. Nesse sentido, em 1883, encontramos o seguinte relato:

“Os freqüentadores da celebre jogatina da Travessa da Passagem, apossados pela polícia, bateram azas d'ali, indo pousar na rua de Santo Antonio, nuns quartinhos de José Nunes Pereira. A policia, porém, acompanhou-os no voo e providência para que os ditos frequentadores mudem de vida. Ainda bem⁷”

Autoridades públicas, nesse sentido, marcavam presença através da vigilância sobre a ordem local visando uma transformação nos hábitos a fim de atingir um determinado grau de civilidade, característicos das últimas décadas do século XIX. Nestes editoriais é possível identificar as primeiras noções de civilização que no final deste período se tornaria uma das grandes metas do Brasil. Além disso, junto com esta necessidade de se estabelecer uma certa norma de comportamento e civilidade, estes tópicos sugerem a atuação repressiva a favor da segurança pública.

As classes populares nestas seções eram retratadas como perigosas e, por isso, a necessidade de conter ou extrair hábitos considerados nocivos. Na Pacotilha, com a intenção em por fim nos ajuntamentos e rixas constantes, tal jornal tinha como recurso a ironia, onde procurava desmoralizar o comportamento de populares, como vemos a seguir:

“Quem passasse hontem a noite pela rua da Mizericórdia, entre a da Madre de Deos e a de S. Pantaleão sentiria o tympano agradavelmente impressionado pelos maviosos sons de uma viola e de um pandeiro, magistralmente tangidos num samba que irradiava primores dentro de um cercado que ahi há e onde há tempos ensaiava-se um succolento fandango(...). O jornal relata que em um dado momento houve briga no local, e segundo seu relato “o andamento desta nova peça assumio proporções Wagnerianas”, sendo, de acordo com o mesmo (...) “Um sucesso! Mulheres gritavam, cavalheiros esbofeteavam-se⁸”

Suas ações, também consideradas nocivas, eram associadas a uma idéia de falta de civilização, progresso e modernidade. A idéia de civilização era bastante comum nos noticiários, para qualificar fatos positivos e ao mesmo tempo para denegrir acontecimentos

⁶ SOIHET, Rachel. A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas / Raquel Soihet. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 28

⁷ Pacotilha, 26/03/1883

⁸ Pacotilha, 07/05/1883.

considerados ruins, sugerindo que a população de cor não conseguia se identificar com os ideais de progresso, higiene e civilidade pregadas neste período.

Sobre essa questão do progresso e civilização, é possível encontrar vários trabalhos que se dedicaram a abordar esse tema. Para esta pesquisa, Sidney Chalhoub⁹ foi importante para que pudéssemos avaliar alguns fatos que constantemente ocorriam em São Luis. Este autor trabalhou sobre questões referentes à política pública de domínio da população pobre e na circulação de idéias acerca da ideologia da higiene, tendo como pano de fundo para esta análise a invasão ao cortiço, situado no Rio de Janeiro, denominado Cabeça de Porco.

De acordo com o autor, são apontadas duas formas de se trabalhar com a idéia das diferenças sociais dentro da cidade: a primeira diz respeito à construção da noção sobre classes pobres e classes perigosas, e a segunda idéia fala da crença de que a cidade tem apenas um único modo de administração de acordo com determinadas normas técnicas e científicas. Sobre este primeiro termo, o autor se refere a uma idéia de que quem fosse pobre e estivesse na ociosidade, automaticamente era identificado como membro potencial das classes perigosas, com vícios que seriam prejudiciais à sociedade. A segunda questão refere-se a uma política higienista empreendida pelas autoridades públicas para acabar com os focos de doenças identificados nos cortiços, onde numa análise mais aprofundada, percebe-se também a necessidade de varrer da cidade essa camada pobre da população que não está em sintonia com as novas idéias de progresso que circulavam naquele período no Rio de Janeiro. Vale lembrar que é neste período do final do século XIX, que vai se iniciar nesta cidade uma grande mudança no seu “layout”: grandes obras públicas foram realizadas, muitos cortiços foram demolidos e conseqüentemente muitas pessoas das classes menos abastadas foram prejudicadas com essa nova política.

Mesmo sendo esta análise voltada para o Rio de Janeiro, esta guarda bastante semelhança no que diz respeito à questão do ócio tratada nos jornais do Maranhão. Algumas citações encontradas nos jornais condenavam a atitude da população negra que, por vezes, era encontrada em tabernas em grupos. A respeito da questão da higiene, tratada por Chalhoub, podemos citar que em São Luis havia uma preocupação muito grande por parte da ala médica sobre a atuação dos feiticeiros. Criticava-se a forma como estes indivíduos trabalhavam, considerados atrasados e sem discernimento e, em outras situações, aproveitadores da credulidade pública, para lidar com esta questão da saúde desta população. Nos editoriais

⁹ CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

percebe-se que seguiam um raciocínio bastante alinhado com os ensinamentos científicos dos intelectuais da época e de diretrizes vindas da Europa.

“É na rua da Misericórdia, entre a das Creoulas, e a de S. Pantaleão, que Felipe, um especulador de marca faz as suas sessões de pagelança. Todas as sextas feiras a noute Felipe, o grão sacerdote, reveste-se de um certo ar grave, misterioso, e alli, na presença de uns typos boçaes e de umas mulheres creadeiras, faz invocações, ministra remédios para moléstias velhas, tira besouros dos ouvidos, arranja casamentos, faz estreitar os laços que unem duas pessoas, prevê o futuro, n'uma palavra: - faz proezas de alta magia – não de porcaria. Isso é uma cousa assaz perigosa, inconveniente, que deve ser acabada por todos os meios, pois que a pagelança bastante tem influenciado na nossa sociedade. A policia que tenha o tal Felipe de olho¹⁰”.

Outras notícias falavam da violência constante entre populares. Associado à população de cor, o ato da violência física ou verbal é ligado a idéia de barbárie e imoralidade, sendo estes entendidos como algo próprio da população negra. Quando se tratava de relatar algum episódio semelhante envolvendo brancos normalmente o que fica evidenciado são as falas que sugerem ações como “fatos lamentáveis” ou “mau exemplo”.

Este é um primeiro esboço da pesquisa. Uma série de questões, daqui para frente, devem ser levantadas e aprofundadas. O apoio da Biblioteca Nacional foi muito importante, e aconteceu no momento em que a pesquisa encontrou um rumo específico para seguir.

4. Bibliografia

ABREU, Martha. O Império do Divino. Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor Ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808 – 1822. Rio de Janeiro, Vozes, 1988, capítulo 02.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

¹⁰ Pacotilha, 27/09/1883.

FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo, Ed. Nacional; Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos. Jogando as redes e revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. IN: Tempo. V. 1, abril/1996, pp. 67-93.

IGNOTUS. Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão / Joaquim Serra – São Paulo, Siciliano, 2001.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000

MAGGIE, Yvonne. Medo de feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MONTELLO, Josué. Os tambores de São Luis, 5ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

REIS, João J. “Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX” p. 101 IN: Carnavais e outras f (r)estas: ensaios de história social da cultura / Maria Clementina Pereira Cunha (org.). Campinas, SP: Ed. Unicamp, CECULT, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Zungu: rumor de muitas vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

SOIHET, Raquel. A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas / Raquel Soihet. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4ª Edição – Rio de Janeiro: Mauad, 1999.